

QUEBRA DE DECORO

Renan Calheiros assume pessoalmente a tarefa de angariar votos e salvar o mandato. Votação da CPMF é trunfo na manga do senador

Cadu Gomes/CB - 14/11/07



PARA A OPOSIÇÃO, APOIO DO PLANALTO POR CONTA DA VOTAÇÃO DA CPMF PODE IMPEDIR A CASSAÇÃO DO PRESIDENTE LICENCIADO DO SENADO

Corpo a corpo para evitar a cassação

MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), tentará administrar até a próxima semana um cenário que acredita lhe ser favorável. Apesar da derrota no Conselho de Ética, com a aprovação do parecer de Jefferson Péres (PDT-AM), ele considera que o clima pela cassação diminuiu desde o primeiro julgamento, quando foi absolvido. Além disso, o peemedebista vê a licença da Presidência e a tramitação da CPMF como trunfos para salvar a pele. Um aliado de Renan ouvido pelo *Correio* disse, no entanto, que o senador avalia a possibilidade de renunciar ao cargo antes mesmo de receber o veredito dos colegas em plenário caso ele perceba que somente assim preservará o mandato.

Fora do cargo há pouco mais de um mês, o alagoano tem circulado mais tranquilamente pela Casa e assumiu pessoalmente a tarefa de angariar votos. Renan tenta convencer os colegas de que as conclusões de Péres têm

caráter político. O pedetista investigou a denúncia de que Renan usou laranjas para ocultar sociedade em emissoras de rádio em Alagoas. Orelator não encontrou provas cabais dessa participação, mas reuniu um conjunto de indícios que julgou servir como tais.

Mas essa é uma discussão vista por governistas e pela oposição como acessória. O que de fato importa é saber se Renan ainda terá fôlego para costurar acordos. E aí entra a CPMF. O presidente licenciado rascunha um pacto de ajuda mútua com o governo. Aliados do Palácio do Planalto acreditam que a renúncia à Presidência da Casa, seja ele absolvido ou cassado, poderia causar contratempos à pro-

posta que prorroga o imposto do cheque até 2011. Em troca de votos para ser absolvido, o peemedebista se manifestaria sobre a renúncia somente após a análise da CPMF.

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), reconheceu que a CPMF favorece a Renan. "Se houver absolvição de Renan em plenário, ela será resultado da convivência da base governista; da troca de votos entre o presidente licenciado e aliados do Palácio do Planalto. Renan recebe os votos para ser absolvido e, em troca, garante votos para a aprovação da CPMF", afirmou.

“SE HOUVER ABSOLVIÇÃO DE RENAN EM PLENÁRIO, ELA SERÁ RESULTADO DA CONVIVÊNCIA DA BASE GOVERNISTA; DA TROCA DE VOTOS ENTRE O PRESIDENTE LICENCIADO E ALIADOS DO PALÁCIO DO PLANALTO”

Senador José Agripino (DEM-RN)

Abstensão O tucano Álvaro Dias (PR) acha que o PMDB valoriza os votos na

CPMF para fazer com que o PT, em troca, absolva Renan. "O desejo do governo em aprovar a CPMF é tão grande que não dá para duvidar que petistas voltem a se abster", opinou. A oposição atribui ao PT a maioria das seis abstenções, incluindo a de Aloizio Mercadante (PT-SP), que beneficiaram Renan no primeiro processo. Ao todo, 35 senadores optaram pela cassação, justamente seis votos a menos do que o necessário.

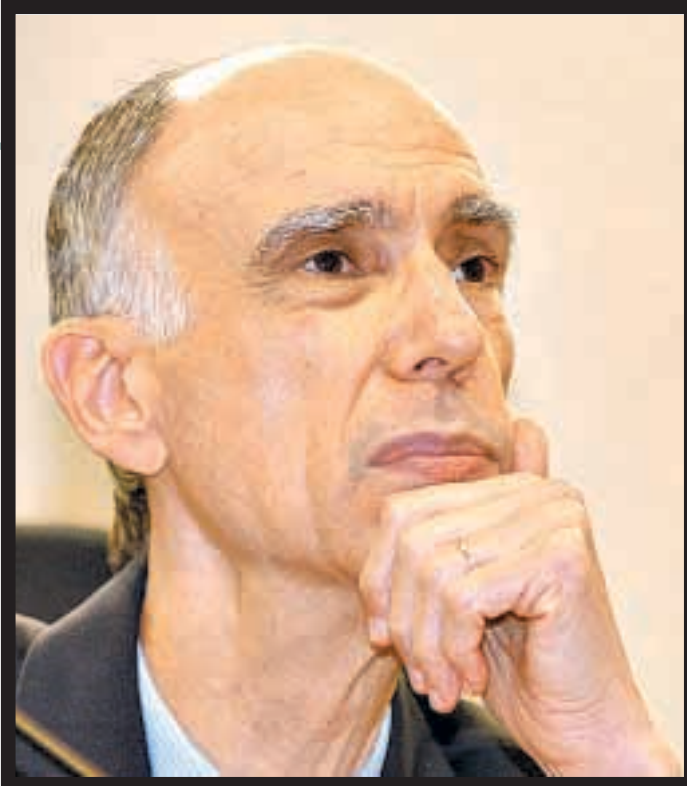
O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), admite que a análise do processo por quebra de decoro contra o peemedebista, em plenário, pode trazer reflexos na votação da CPMF. "Mas não podemos tirar de Renan o direito de lutar para viabilizar seu mandato", afirmou. Aliado de Renan e líder do PMDB na Casa, Valdir Raupp (RO) tenta convencer que o imposto do cheque e o caso Renan não se misturam, mesmo que o senador alagoano decida renunciar ao cargo, abrindo o processo de sucessão: "A sucessão poderá ser resolvida em quatro, cinco sessões. Isso não atrapalharia a CPMF".

Sessão terá voto secreto

Antes do plenário, a representação que propõe a cassação de Renan Calheiros (PMDB-AL) terá de ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida por Marco Maciel (DEM-PE). O presidente interino da Casa, Tião Viana (PT-AC), combinou ontem com Maciel a inclusão da matéria na reunião ordinária marcada para a próxima quarta-feira, dia 21. Na quinta, se não houver contratempos, o julgamento ocorrerá em plenário em sessão aberta, mas com voto secreto.

É a segunda vez que a conduta de Renan será julgada pelos demais senadores. Na primeira, em 12 de setembro, o peemedebista foi absolvido. Ele obteve 40 votos favoráveis contra 35 pela cassação, além de seis abstenções. A decisão contrariou o que havia definido o Conselho de Ética depois

Edilson Rodrigues/CB - 23/10/07



MARCO MACIEL, QUE PRESIDE A CCJ: REPRESENTAÇÃO VAI SER ANALISADA NA QUARTA-FEIRA

o desfecho do caso no plenário à sessão e ao voto secretos, quando apenas os senadores e dois servidores do Senado tiveram acesso ao plenário. Pouca coisa mudou desde então. Pressionados, os parlamentares decretaram o fim das sessões reservadas em julgamentos de perda de mandato, mas o voto continua secreto. Atualmente, tramitam na Casa três propostas para que a votação passe a ser aberta, mas, depois de prontas para serem votadas, aliados de Renan decidiram apresentar emendas, fazendo com que elas retornassem à CCJ. Não há previsão de quando serão apreciadas.

A votação secreta é vista como mais um trunfo de Renan para tentar garantir a sobrevivência no Parlamento. Do contrário, amargará pelo menos 15 anos longe da vida política. Para cassá-lo, são necessários 41 votos. (MR)

de investigar as denúncias de que o presidente licenciado teria tido as despesas pessoais bancadas por um lobista, incluindo a

pensão alimentícia paga à filha dele com a jornalista Mônica Veloso.

Na época, a oposição atribuiu



por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioeb.com.br



A pergunta que o PT não se faz

A leitura das entrevistas com os candidatos à presidência do Partido dos Trabalhadores (PT), em reportagem publicada pelo *Correio* na última segunda-feira, apenas reforça a impressão de que discussões programáticas estão na rabeira das preocupações atuais no petismo. Espremidas, as declarações dos postulantes podem ser organizadas em duas "pastas". Discute-se quanto o partido deve ter de autonomia em relação ao governo e ao presidente da República. E também se o PT deve fechar questão em torno do lançamento de um candidato próprio em 2010. Mais nada.

É natural que agrupamentos políticos busquem meios para permanecerem no poder. Porém, tem faltado ao PT, no esforço para continuar onde está, uma parte essencial da estratégia. Explicar ao eleitor comum por que mesmo a sigla deve ganhar mais quatro anos no Palácio do Planalto após 2010. Não vale dizer que é para "continuar o que o governo Lula fez de bom". Isso talvez não seja decisivo daqui a três anos.

Por dois motivos. O primeiro é que todos os candidatos viáveis, inclusive da oposição, vão assumir o compromisso de dar seguimento às coisas boas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O segundo é que alguns dos sucessos da administração petista ocorreram não por causa do PT, mas apesar dele. O exemplo mais vistoso é a política econômica.

E tem outra. A abulia programática do PT, se não for tratada, pode criar um problema para o partido. Toda vez que o candidato do PT em 2010 disser que vai fazer isso ou aquilo de diferente em relação ao governo Lula, ouvirá a pergunta óbvia. "Puxa, mas se isso é tão importante, por que vocês não fizeram nos oito anos que tiveram para governar o país?"

E não valerá dizer que "não dá para fazer tudo em oito anos". O eleitor está longe de ser um néscio. Ele não cai na conversa de políticos que vivem pedindo mais tempo para fazer o que já deveriam ter feito. Claro, pois como sempre há coisas a serem feitas, não fazê-las acabaria se tornando um argumento para manter indefinidamente no poder o sujeito que está em débito com o eleitor. Uma meritocracia às avessas.

Se o PT deseja chegar a 2010 em excelentes condições para postular a cadeira de Lula, deveria começar desde já a lutar dentro do governo para impulsionar programas e estratégias que o distingam dos possíveis concorrentes de daqui a três anos. Aí voltamos ao problema rascunhado no começo desta coluna. Será que o PT sabe exatamente o que hoje o distingue das demais forças políticas do país? Mais grave ainda: será que o PT é capaz de se unir em torno de algo que não seja a simples vontade de continuar onde está? As entrevistas dos candidatos à presidência da legenda não permitem otimismo em relação a essa segunda pergunta.

Nesse esforço programático, seria interessante, por exemplo, saber o que o PT acha da (não) reforma agrária de Lula. O PT vai dizer em 2010 que a reforma agrária no Brasil deixou de ter viabilidade ou significado histórico? Vai adotar a tese de que o Bolsa Família e a geração de empregos nas cidades são suficientes? Que a democratização da propriedade fundiária no país saiu definitivamente da agenda? Que a expansão do etanol é a mais recente prova de como o latifúndio pode ser progressista? Se não, como vai explicar o fato de que, no poder, abandonou a bandeira que lhe rendeu tantos votos e tanto apoio político quando estava na oposição?

O mesmo vale para as privatizações. Na oposição, o PT as classificava como um crime contra a pátria. Lembro de que num de seus programas de televisão no governo de Fernando Henrique Cardoso, o partido colocou na tela raios roendo a bandeira do Brasil. No poder, porém, a legenda não se preocupou em ir atrás dos supostos ratos. Nem em reaver o queijo.

São apenas dois exemplos. Talvez não sejam nem os mais importantes. Mais relevante será, por exemplo, saber se depois de quase uma década de poder do PT as crianças que frequentam a escola pública já estarão a receber um ensino tão bom quanto o da escola particular. Ou seja, se o filho do pobre estará frequentando uma escola tão boa quanto o filho do rico ou do classe média.

Mas nem tudo está perdido. É claro que a coisa poderá não estar assim tão complicada para o PT em 2010. Especialmente se a sigla tiver a sorte de enfrentar uma oposição também fraquinha no quesito programático. Talvez seja nisso que aposta o Partido dos Trabalhadores quando não se faz a pergunta "por que eu quero continuar no poder?". Aliás, conhecendo a nossa oposição, talvez não se trate de uma aposta completamente infundada.